

**EDcl no AgRg no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.368.142 - GO  
(2018/0246032-0)**

**RELATOR : MINISTRO NEFI CORDEIRO**  
**EMBARGANTE : GUSTAVO HENRIQUE LOIOLA ARAUJO**  
**ADVOGADO : ISABELA RODRIGUES DA SILVA E OUTRO(S) - GO046216**  
**EMBARGADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE GOIÁS**  
**INTERES. : SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA Sesi**  
**ADVOGADO : DENNYS CLAUDIO RODRIGUES DE CARVALHO -**  
**GO020014**

**EMENTA**

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRADO REGIMENTAL NO AGRADO EM RECURSO ESPECIAL. VÍCIOS INEXISTENTES. MERA REDISCUSSÃO. DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS. PREQUESTIONAMENTO. NÃO CABIMENTO. EMBARGOS REJEITADOS.

1. Apenas se admitem embargos de declaração quando evidenciada deficiência no acórdão recorrido com efetiva obscuridade, contradição, ambiguidade ou omissão, conforme o art. 619 do CPP.
2. Existindo fundamentação no sentido de que não se conhece de agrado regimental pela incidência do art. 1.021, § 1º, do CPC e da Súmula 182/STJ, não se prestam os embargos de declaração à rediscussão do aresto recorrido quando revelado mero inconformismo com o resultado do julgamento.
3. Não cabe a esta Corte manifestar-se, em embargos de declaração, ainda que para fins de prequestionamento, sobre suposta afronta a dispositivos da Constituição Federal, sob pena de usurpação da competência do Supremo Tribunal Federal.
4. Embargos de declaração rejeitados.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça, na conformidade dos votos e das notas taquigráficas a seguir, por unanimidade, rejeitar os embargos de declaração, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Antonio Saldanha Palheiro, Laurita Vaz, Sebastião Reis Júnior e Rogerio Schietti Cruz votaram com o Sr. Ministro Relator.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019 (Data do Julgamento).

MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO  
Presidente

MINISTRO NEFI CORDEIRO  
Relator